

RESOLUÇÃO CR/TO Nº 17/2015

O Presidente do **Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Tocantins**, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que o Art. 20 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, no qual os Serviços Nacionais de Aprendizagem passam a integrar o sistema federal de ensino, com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização do órgão colegiado superior do respectivo Departamento Regional da entidade.

CONSIDERANDO a Resolução nº 14, de 27 de março de 2013, que aprova o Regulamento da Integração do SENAI ao Sistema Federal de Ensino do exercício da autonomia para criação e oferta de cursos e programas da Educação Profissional.

CONSIDERANDO a Portaria nº 984, de 27 de julho de 2012, que dispõe sobre a integração dos Serviços Nacionais de Aprendizagens ao Sistema Federal de Ensino, no que tange aos cursos técnicos de nível médio.

CONSIDERANDO a Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.

CONSIDERANDO o Manual de Autorização de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do departamento nacional.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano de Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho e o Parecer Técnico do comitê de especialista do SENAI da área tecnológica de Segurança do Trabalho.

CONSIDERANDO a aprovação da Proposição nº 17/2015 pelo Conselho Regional do SENAI-DR/TO em sua 177ª Reunião Ordinária, realizada em Palmas, em 04 de fevereiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º **RENOVAR** o funcionamento do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho do eixo tecnológico Segurança, por um período de 4 (quatro) anos, a ser ofertado na Unidade SENAI de Palmas – CT Palmas, localizado na Quadra 104 Sul, Rua SE 11, Lote 17, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77.020-026.

Art. 2º **RENOVAR** o Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, por um período de 4 (quatro) anos, cuja matriz curricular apresenta a carga horária total de 1200 horas fase escolar e 200 horas de estágio supervisionado não obrigatório, opcional ao aluno.

Art. 3º **DETERMINAR** a inserção deste ato no SISTEC/MEC – Sistema Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação para efeito de validade nacional dos diplomas expedidos.


Daniel Bardal

Advogado

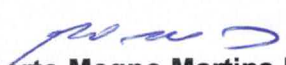
OAB/GO: 23799

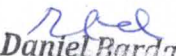
Art. 4º **DETERMINAR** que seja inserido no registro do Diploma o código autenticador atribuído pelo SISTEC/MEC de acordo com o art. 38 da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012;

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se nos sites dos Departamentos Regional e Nacional e cumpra-se.

Palmas - TO, 04 de fevereiro de 2015.


Roberto Magno Martins Pires
Presidente da FIETO


Daniel Bardal

Advogado

OAB/GO: 23798